

RELATÓRIO DE AUDITORIA

MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL – PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E
INDICADORES PARA PLANTAÇÕES FLORESTAIS.

PADRÃO NORMATIVO: NBR 14.789: 2012 - CERFLOR

EMPRESA AUDITADA: EGIR COMERCIAL LTDA.

ESCOPO DE CERTIFICAÇÃO:

“MANEJO DE FLORESTAS PLANTADAS DE EUCALIPTO NOS SEGUINTE
MUNICÍPIOS: João Pinheiro, Paracatu e Lagoa Grande”.

Data: de 19/09/2016 a 23/09/2016

3ª AUDITORIA DE MANUTENÇÃO

Pedro José da Silveira Júnior

Auditor Líder

Bureau Veritas Certification

Praça Pio X, 17 – 8º andar

RIO DE JANEIRO/RJ – BRASIL



SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	2
1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	3
1.1 Histórico da organização	3
1.2 Contatos na Organização para o processo de Certificação.....	3
2. Identificação do OCF – Organismo de Certificação	3
2.1 Responsável pelo OCF	4
3. Planejamento e Realização da 1ª Auditoria de Manutenção	5
4. Equipe de Auditoria.....	6
5. Lista de pessoal auditado durante toda a auditoria:	6
6. Alterações no Escopo do Certificado.	6
7. Processos Auditados.....	7
8. Relatório Detalhado – Evidências da Equipe de Auditoria.....	8
8.1. Resultado da Avaliação dos Princípios e Critérios Cerflor – Manejo Florestal	13
9. Não Conformidades Registradas	16
10. Oportunidades de Melhoria e Observações Registradas.....	19
11. Conclusão da 1ª Manutenção	20



1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Histórico da organização

Identificação da Organização e das Unidades de Manejo Florestal objeto da Certificação

A Egir é uma empresa fundada em 2011 com o objetivo de adquirir, administrar e desenvolver florestas de potencial madeireiro. A estratégia consistiu em combinar recursos financeiros e conhecimento operacional de uma equipe com vasta experiência no setor, para montar uma base florestal estruturada de Eucaliptos, para múltiplo uso.

Os produtos provenientes das florestas da Egir são destinados à produção de carvão e venda de madeira. Desta forma, a empresa movimentava também o mercado local gerando empregos diretos e indiretos.

Uma Unidade de Manejo Florestal composta de três fazendas denominadas Pontal (Lagoa Grande), Santo Aurélio (Paracatu) e Segredo (João Pinheiro), no estado de Minas Gerais. As propriedades têm área total 13.643,00 hectares sendo 3.527,00 ha de áreas nativas incluindo APPs e reservas legais.

1.2 Contatos na Organização para o processo de Certificação

Nome do RD e endereço de contato: Cristiane Madureira de Melo

Endereço do Escritório Central: Travessa Candido Gomes 236, Centro, 4 andar, João Pinheiro, MG.

2. Identificação do OCF – Organismo de Certificação

Dados para Contato

Escritório São Paulo:

BUREAU VERITAS CERTIFICATION (BVC)

Gerente Técnica de Certificação: Sra Lucia Nunes

Av. do Café 277 – Torre B – 5º andar



04311-000 SÃO PAULO/SP

Fone: (0**11) 2655-9000

Fax: (0**11) 2655-9000

E-mail: lucia.nunes@br.bureauveritas.com

2.1 Responsável pelo OCF

BUREAU VERITAS CERTIFICATION (BVC)

Diretor de Certificação: Sr Luiz Carlos Martins

Av. do Café 277 – Torre B – 5º andar

04311-000 SÃO PAULO/SP

Fone: (0**11) 2655-9000

Fax: (0**11) 2655-9000

E-mail: luiz-carlos.martins@br.bureauveritas.com

3. Planejamento e Realização da 3ª Auditoria de Manutenção

PLANO DE AUDITORIA EGIR 2016 - AUDITORIA DE MANUTENÇÃO NBR 14789.					
DIA/AUDITOR	PEDRO SILVEIRA				
18/09 Domingo tarde	Viagem para MOC				
19/08 segunda manhã	Deslocamento para o site João Pinheiro Reunião de Abertura e alinhamento da programação NCs anteriores				
19/09 segunda tarde	PRINCIPIO 1: critério 1.1 (Legislação/documentação/licenças); critério 1.2 (Uso e ocupação das terras); critério 1.3 (Obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias)				
20/09 terça manhã	Atividades Florestais: Silvicultura. Armazenamento de agrotóxicos (critério 4.3); depósito de resíduos (critério 4.4).				
20/09 terça tarde	PRINCIPIO 2: critério 2.1 (Aspectos e impactos ambientais); critério 2.2 (Plano de manejo); critério 2.3 (Implementação do manejo florestal); critério 2.4 (Fluxo do produto florestal)				
21/09 quarta manhã	Atividades Florestais: Colheita, transporte e estradas; Recuperação de áreas, APP e RL.				
21/09 quarta tarde	PRINCIPIO 3: critério 3.1 (Material genético); critério 3.2 (Proteção dos ecossistemas); critério 3.3 (proteção florestal); critério 3.4 (Monitoramento dos ecossistemas); 3.5 (áreas de interesse ecológico); 3.6 (caça e pesca)				
22/09 quinta manhã	PRINCIPIO 5: Critério 5.1 (Programas sociais); Critério 5.2 (Comunicação)				
22/09 quinta tarde	PRINCIPIO 4: critério 4.1 (Planejamento); critério 4.2 (Monitoramento de solos e recursos hídricos)				
23/09 sexta manhã	Contato com o IEF-MG (Órgão Ambiental) de pendências Análise				
23/09 sexta tarde	Análise de pendências Reunião de Encerramento Deslocamento do auditor para cidade de origem.				

De acordo com o Escopo de Certificação pretendida, foram executadas as seguintes atividades: análise de documentação, verificações em campo, entrevistas com colaboradores da empresa, prestadores de serviços e partes interessadas.

Como todo o processo de Auditoria, as avaliações ocorreram conforme plano de auditoria estabelecido previamente, considerando o tamanho e complexidade das atividades da empresa e caráter amostral de um processo de auditoria.



4. Equipe de Auditoria

Auditor Líder:

- Pedro José da Silveira Junior – Engenheiro Florestal; MSc. Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Auditores:

5. Lista de pessoal auditado durante toda a auditoria:

- Cristiane Madureira de Melo – coordenadora de certificação
- Luiz Carlos Iaquinta Filho – gestor de certificação e meio ambiente
- Marianna Laranjeiras - advogada
- Antônio Pessoa Neto – encarregado ambiental
- Regiane Maciel – analista de RH
- André Tiburcio – coordenador de saúde e segurança
- Anávio Martins – técnico de segurança do trabalho
- Willian Souza – supervisor de operações
- Adelson Santos – encarregado de silvicultura
- Diego Gregório – coordenador de operações
- Lília Aparecida - almoxarife
- Willian Ferreira Souza – supervisor de operações
- Ismael Santos - ajudante florestal
- Paulo Henrique Silva – motorista (Vargas Tour)
- Edmilson Pereira – ajudante florestal
- Donizete Cornélio – ajudante florestal
- Paulo Danilo – ajudante florestal
- Alexander Rosa Castro – engenheiro florestal (Supram)
- Lucas Gonsalves Oliveira – engenheiro ambiental (Supram)
- Willian Souza – supervisor
- Israel Santos Costa – operador de máquina
- Pedro Silva Barbosa – operador de máquina
- Lilian Aparecida Borges - almoxarife

6. Alterações no Escopo do Certificado.

Não houve alterações no escopo.



7. Processos Auditados

Processos Auditados	Detalhamento das evidências
Gestão da CoC	Aspectos e impactos ambientais, obrigações legais, terras, documentação, plano de manejo, biodiversidade, monitoramentos.
Silvicultura	Área de vivência, documentação, roçada manual de entrelinhas de plantio, combate a formigas.
Colheita	Área de vivência, documentação, operação de baldeio, carregamento e transporte de madeira, monitoramentos, cuidados ambientais.
Programas Sociais e Partes Interessadas	Projetos sociais e partes interessadas; Verificação do andamento de projetos e comunicação com as partes interessadas. Visita ao órgão ambiental SUPRAM.
Adubos, Agrotóxicos e Resíduos.	Armazenamento, manejo, aplicação e destinação final.
Recuperação Ambiental	Recuperação de áreas degradadas (casalheiras), reserva legal (relocação) e áreas de preservação permanente.



8. Relatório Detalhado – Evidências da Equipe de Auditoria

19/09/2016

Cumprimento da legislação (Princípio 1)

– Na empresa é identificada e classificada a legislação ambiental vigente referente às suas atividades e as informações são disponibilizadas no Sistema Âmbito – Legal. Esse sistema auxilia no acesso imediato às leis, regulamentações e normas ambientais nos níveis municipal, estadual e federal.

Os requisitos legais são atualizados frequentemente com alterações nas leis, decretos e normas sendo realizada uma análise da legislação e avaliação das obrigações. Este banco de dados é atualizado mensalmente conforme alterações advindas nas leis, decretos e normas.

Os procedimentos para consulta e verificação da legislação estão disponíveis no procedimento PO.01.06.04 Avaliação do Atendimento a Requisitos Legais.

Verificada a seguinte documentação legal:

- Auto de vistoria do Corpo de Bombeiros de MG para o prédio do Escritório Central em João Pinheiro, MG, número 165779, válido até 05/04/2021.
- AVCB sob n. 277/09 com validade até 13/11/19 relacionado a fazenda Pontal – Município de Lagoa Grande - MG, no qual esta relacionado 4.281,04 m².
- Certificado para funcionamento sob n. 172/2015 emitido pelo Corpo de Bombeiros da unidade de Unaí em 29/07/15 sem validade e relacionado a Fazenda Santo Aurélio, localizada no município de Paracatu, referente a 27m².
- AVCB sob n. 274/14 com validade até 18/09/2017 relacionado a 699,42m², relacionado a Fazenda Segredo no município de João Pinheiro.
- Certificado de Licença Ambiental, LO 004/2011, válida até 24/02/2019, para a fazenda Pontal, em Lagoa Grande, MG.
- Certificado de Licença Ambiental, LO 28/2014, válida até 17/07/2020, para a fazenda Segredo, em João Pinheiro, MG.
- Certificado de Licença Ambiental, LO 024/2015, válida até 19/09/2021, para a fazenda Santo Aurélio, em Paracatu, MG.
- Declaração de Colheita e Comercialização, número 34701261/15, referente a 10.054m³ de carvão vegetal a ser produzido na fazenda Pontal.



- Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no CAR do imóvel rural GB102 – fazenda Segredo.
- Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no CAR do imóvel rural GB103 – fazenda Santo Aurélio.
- Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no CAR do imóvel rural GB101 – fazenda Pontal.
- Certificado de regularidade do FGTS da Egir Comercial, válida até 06/10/2016.
- Certidão Negativa de Débitos relativa a tributos federais e dívida ativa da União da Egir, válida até 12/02/2017.
- Certificado de regularidade do FGTS da prestadora de serviços (transporte de carvão) Transgrãos Ltda, válida até 24/09/2016.
- Certidão Negativa de Débitos relativa a tributos federais e dívida ativa da União da prestadora de serviços (transporte de carvão) Transgrãos Ltda, válida até 11/12/2016.
- Convenção Coletiva de Trabalho 2015/2016 entre Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Carvão Vegetal de MG e Sindicato das Indústrias Extrativas de Madeiras de MG.
- PPRA da Egir Comercial, revisão 05, de 05/08/2016.
- PCMSO da Egir Comercial, reavaliação 2016.
- Laudo de potabilidade da água coletada nos poços 01 e 03 localizados na sede da fazenda Pontal: Todos os parâmetros analisados dentro dos limites estabelecidos na Portaria 2914/2011 do Ministério da Saúde.

20/09/2016

Recuperação de áreas degradadas (Princípio 3)

Verificados:

- Programa de Recuperação de Área Degradadas para Cascalheiras na fazenda Pontal, de 19/04/2016. Foi plantado em março de 2016 em uma área total de 1,4097ha espécies nativas para recompor área onde anteriormente houve extração de cascalho. Realizada visita nos três pontos que compõe esta área tendo sido verificado o plantio das mudas, cujo desenvolvimento necessita ser monitorado.
- Projeto Técnico de Reconstituição da Flora para APP na fazenda Pontal de 18/04/2016. Retirada de eucaliptus com relocação de estrada e plantio de nativas em uma área de 10,6794ha às margens de vereda. Eucaliptus retirados e estrada relocada; pendente o plantio previsto para dezembro de 2016.



- Projeto Técnico de Reconstituição da Flora para Reserva Legal – fazenda Pontal / Segredo de 12/04/2016. Compensação na fazenda Segredo de 510,41 de área de reserva legal faltante na fazenda Pontal. Serão retirados 279,53ha de eucaliptus na fazenda Segredo ficando esta área para regeneração natural e compensação da referida reserva. Corte dos eucaliptus previsto para 2018.

Silvicultura (Princípios 1,2,3 e 4)

Verificado na fazenda Pontal a atividade de roçada manual na linha de plantio realizada por 16 trabalhadores próprios no talhão 57 (49,57ha).

Verificados:

- Ônibus para transporte dos funcionários placa JOP2979: Renavam 2016; Autorização para transporte de pessoas DER/MG número 101392016, válida até 31/12/2016; CNH tipo D do motorista Paulo Silva, valida até 12/12/2017.
- Área de vivência composta por barraca de lona, mesas e cadeiras, bho químico, coleta seletiva de resíduos, água potável e para higienização, resíduos orgânicos enterrados.
- Planilha para aferição da temperatura de alimentos, setembro de 2016. Resultados acima de 60 graus C. Planilha de verificação semanal da qualidade das refeições servidas.
- Formulário de registro de DDS de setembro de 2016.
- Formulário de registro de ginástica laboral, de setembro de 2016.
- Procedimento PO.06.18.08, ver.03: Roçada e capina manual
- Estradas e aceiros limpos e em boas condições de tráfego.

Racionalidade no uso dos recursos florestais (Princípio 2)

- Procedimento PO 01.06.02: Identificação e avaliação de aspectos e impactos ambientais. Os aspectos/impactos identificados são avaliados em função de sua frequência/probabilidade, severidade, abrangência e preocupações da empresa. O nível de significância é determinado pela matriz de criticidade e são considerados significativos os aspectos/impactos com nota igual ou maior que 5.
- Planilha She-k de identificação e avaliação de aspectos e impactos ambientais. Aspectos significativos lincados a procedimentos operacionais e monitoramentos.
- Plano de Manejo Florestal, revisão 07 de agosto de 2016. Inseridos nesta revisão do plano os itens que o mesmo não contemplava anteriormente, como: idade de colheita prevista; estimativas de colheita e produção por tipo de produto a ser colhido;



programa plurianual de plantio e colheita; Vegetação, solos e recursos hídricos descritos a nível regional e não local; PAE não era citado no plano; Metodologia de Inventário florestal.

- Resumo Público do Plano de Manejo Florestal, de agosto de 2016.
- Procedimento: PO.06.19.07, ver.02: Rastreabilidade do produto florestal.
- A Egir participa do GT de Biodiversidade do IBA tendo inserido no site de deste, 18 trabalhos relacionados a monitoramento de flora e fauna.

21/09/2016

Colheita (Princípios 1,2,3 e 4)

Verificada na fazenda Pontal, talhão 27, com uma área de 25,00ha a atividade de carregamento e transporte de madeira realizada por 01 garra traçadora e 01 trator TMO. Atividade sendo realizada em 01 turno de trabalho de 07 – 17:00hs.

Verificados:

- Área de vivência composta por barraca de lona, mesas e cadeiras, bho químico, coleta seletiva de resíduos, água potável e para higienização. Kit ambiental para coletar derramamentos e Kit de emergência disponíveis. Trabalhadores utilizando todos os EPIs obrigatórios, conforme procedimento.
- PO 06.19.01, ver.03: Derrubada de árvores
- PO 06.19.02, ver. 03: Arraste de feixes
- PO 06.19.03, ver.Traçamento
- PO 06.19.01, ver.01: Carregamento e transporte de madeira autocarregável.
- Diário de produção do equipamento: Garra T, de 21/09/2016.

Armazenamento de produtos químicos e resíduos (Princípio 4)

Galpões de alvenaria fechados e identificados, com piso de cimento, entradas de ar, exaustão, extintores de incêndio.

- Depósito de óleo: produtos dentro de bacia de contenção, FISPQ disponível; resíduos contaminados dentro de bombonas plásticas, ficha de controle de resíduos gerados no campo.
- Depósito de agrotóxicos: Produto (formicidas Scout e Dinagro) armazenado em caixas de papelão sob paletes de madeira, FISPQs disponíveis; embalagens usadas (plásticos) dentro de caixa de papelão e caixas usadas em fardos.
- Depósito de adubos: adubos armazenados em Bags sob paletes, adubo líquido em containers dentro de bacia de contenção. FISPQs disponíveis.



- Planilha de controle de entrada, saída e devolução de embalagens de produtos químicos em 2016. Comprovante de devolução de embalagens vazias de agrotóxicos, emitido pela Coagril em 05/08/2016.

Zelo pela diversidade biológica (Princípio 3)

- O material genético (clones variadas de eucaliptus spp) utilizado nas plantações é proveniente de viveiros de terceiros e adaptado às condições da região. Não são utilizados OGMs nas plantações da empresa.
- O delineamento das plantações florestais é em vários locais intercalado com a vegetação natural, contribuindo para a formação de corredores ecológicos.
- Ofício do IPHAN número 1989/2013 informando que o Laudo Arqueológico realizado nas fazendas Pontal, Segredo e Santo Aurélio, considerou a área pesquisada de baixo potencial arqueológico, não havendo restrição para concessão da licença de operação corretiva.
- Análise crítica de monitoramento de avi-fauna, ano 04, das fazendas Pontal, Segredo e Santo Aurélio.
- Relatório de monitoramento da mastofauna, fazenda Pontal, de abril de 2016.
- Relatório de monitoramento da avifauna, fazenda Pontal, de abril de 2016.
- A empresa conta com brigada contra incêndio, dois caminhões pipa, duas torres de incêndio, rádios de comunicação e ronda motorizada.
- Não foram identificadas áreas de relevante interesse ecológico nas propriedades da empresa.
- Organograma da Brigada de Incêndio 2016; certificados de participação no curso de "Formação de Brigada Florestal" realizado em 04-05/08/2016 dos funcionários: Natalício Galvão Neto, Fábio Vieira da Silva e Pedro da Silva Barbosa e Israel Costa.
- PO 01.12.06, ver. 04: Plano de atendimento a emergências
- Estudo de monitoramento da vegetação – estação seca 2015, realizado na fazenda Pontal, Lagoa Grande, MG.

22/09/2016

Desenvolvimento ambiental, econômico e social (Princípio 5)

- Plano de manejo PM.06.06.01, revisão 07: item 10.2: Aspectos socioambientais e econômicos.



- A empresa prioriza a contratação de mão de obra local e compra de serviços na maioria das atividades desenvolvidas.
- Não identificada nenhuma comunidade tradicional e indígena na UMF e seu entorno.
- Projeto de Educação Ambiental: Palestras no tema “Sustentabilidade Ambiental” e oficina de reciclagem com o plantio de hortaliça (alface) em garrafa pet, realizadas em duas escolas municipais (Lagoa Grande, em 30/08/16 e João Pinheiro, em 31/08/16), conforme fotos apresentadas.
- A empresa mantém plano de saúde (Unimed) e odontológico (Bradesco) para seus funcionários.
- Projeto Recicla Lagoa: Palestra sobre água e concurso de redação para alunos do ensino fundamental de duas escolas públicas em Lagoa Grande, MG.
- Planilhas com o planejamento de ações de saúde e projetos sociais para 2016.
- PO 01.06.05: Comunicação com as partes interessadas
- Planilha com o registro de demandas de partes interessadas 2016
- Realizada visita ao escritório regional da SUPRAM em João Pinheiro onde o técnico responsável informou não existirem pendências ambientais relacionadas a empresa.

Solos e Recursos Hídricos (Princípio 4)

- Procedimento Operacional PO 06.18.09, ver. 03: Adubação de cobertura
- Procedimento Operacional PO 06.18.05, ver. 03: subsolagem com adubação
- Plano de Manejo PM 06.06.01, ver.07: o item 3.2.5 traz a caracterização dos solos; e o item 3.2.6 traz a hidrologia da região.
- Nas áreas visitadas na fazenda Pontal as estradas e aceiros se encontram em boas condições não se evidenciando erosões.
- Mapa das propriedades com a caracterização dos talhões, áreas naturais e recursos hídricos.
- Análises de solo realizadas em 2016 na fazenda Pontal; recomendações de adubação referentes a calcário, NPK e micronutrientes.



- Nas fazendas são obtidos dados climatológicos referentes à: temperatura, UR%, índice pluviométrico.
- Certificados de análise de qualidade da água realizados nas Fazendas Pontal, Segredo e Santo Aurélio em julho e dezembro de 2015.

8.1. Resultado da Avaliação dos Princípios e Critérios Cerflor – Manejo Florestal

8.1.1. Princípio 1

- As ações e atitudes tomadas pelo empreendimento asseguram o cumprimento das legislações Federal, Estadual e municipal, assim como os tratados, acordos e convenções aplicáveis ao manejo florestal.
- Foram auditados o setor de gestão e fiscal, sendo evidenciadas a identificação e aplicabilidade da legislação, documentos e licenças, pendências legais e pagamento de tributos, dentre outros.
- Não foram registradas Não Conformidades neste Princípio. Os critérios 1.1, 1.2 e 1.3 foram auditados.

8.1.2. Princípio 2

- A empresa demonstrou que maneja suas florestas de modo que esta atividade contribua para a conservação dos recursos naturais renováveis. Para o atendimento ao Princípio 2 foram verificados os procedimentos referentes a aspectos e impactos ambientais, plano de manejo, procedimentos documentados para as atividades de silvicultura e o fluxo do produto florestal.
- Não foram registradas Não Conformidades neste Princípio. Os critérios 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4 foram auditados.

8.1.3 Princípio 3

- A organização demonstrou manejar a plantação florestal de modo a minimizar os impactos negativos de suas atividades sobre a fauna e flora nativas. Foram coletadas evidências relacionadas à: melhoramento genético, proteção dos ecossistemas remanescentes durante as atividades, sítios arqueológicos, unidades de conservação, recuperação de áreas degradadas, conversão florestal, manejo de pragas e doenças, monitoramento de ecossistemas naturais, áreas de relevante interesse ecológico e controle de caça e pesca.
- No princípio 3 foi registrado 01 (uma) Não Conformidade menor, tendo sido auditados os critérios 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5 e 3.6.



8.1.4 Princípio 4

- A empresa demonstrou que seu manejo florestal prevê e adota técnicas que consideram a conservação do solo, do ar e dos recursos hídricos. As evidências coletadas sobre o Princípio 4 foram relacionadas a caracterização e monitoramento de solos, recursos hídricos e dados climáticos; uso racional de agrotóxicos, óleos e combustíveis; gerenciamento de resíduos sólidos, líquidos e gasosos.

- Registrada uma Não Conformidades menor neste Princípio. Os critérios 4.1, 4.2, 4.3 e 4.4 foram auditados.

8.1.5. Princípio 5

- A empresa demonstrou manter uma política de relacionamento com os trabalhadores florestais e comunidades locais visando o desenvolvimento ambiental, econômico e social das regiões em que se insere o manejo florestal. As evidências coletadas sobre o Princípio 5 foram relacionadas a programas de interesse comunitário para melhorar as condições de vida das comunidades locais e programas de divulgação e comunicação com as partes interessadas.

Realizada visita ao escritório regional da SUPRAM em João Pinheiro onde o técnico responsável informou não existirem pendências ambientais relacionadas a empresa.

- Foi registrada 01(uma) Não conformidade menor neste princípio. Os critérios auditados foram: 5.1 e 5.2.



9. Não Conformidades Registradas

Durante a auditoria foram registradas 03 **não conformidades menores**, as quais estão descritas abaixo:

NC N°	Processo	Critério	Tipo de Não Conformidade	Prazo para execução das ações corretivas	Auditor
01	Gestão	3.4	Menor	23/09/2017	PSJ
Descrição da Não Conformidade		Estudo de monitoramento da vegetação apresenta falhas. Estudo de monitoramento da vegetação – estação seca 2015, realizado na fazenda Pontal, Lagoa Grande, MG, apresenta no item 6 o diagnóstico da vegetação citando a estação chuvosa 2015, além de fotos desta campanha anterior.			
Análise de Causa		Falha na revisão dos documentos e monitoramentos ambientais.			Data: 23/09/2016
Ação Corretiva		- Estabelecer processo de revisão/ aprovação dos documentos e monitoramentos ambientais. - Revisar e corrigir o relatório de Monitoramento de Flora – Estação Seca 2015.			Data: 02/12/2016
Status		Verificar na próxima auditoria	Data:	Eficácia?: Sim/Não	



NC N°	Processo	Critério	Tipo de Não Conformidade	Prazo para execução das ações corretivas	Auditor
02	Gestão	5.1	Menor	23/09/2017	PSJ
Descrição da Não Conformidade		<p>Levantamento de aspectos socioeconômicos apresenta falhas.</p> <p>Evidenciado no Plano de manejo PM.06.06.01, revisão 07, item 10.2: Os aspectos identificados muitas vezes se referem a meio ambiente e já são medidas de controle e não o aspecto socioeconômico.</p>			
Análise de Causa		Equívoco na identificação e avaliação dos aspectos e impactos socioeconômicos.			Data: 23/09/2016
Ação Corretiva		<ol style="list-style-type: none"> 1) Elaborar procedimento para identificação e avaliação dos aspectos e impactos socioeconômicos e definir as medidas de controle. 2) Revisar tabela de aspectos socioeconômicos no PM.06.06.01_ Plano de Manejo. 			Data: 20/01/2017
Status	Verificar na próxima auditoria	Data:	Eficácia?: Sim/Não		



NC N°	Processo	Critério	Tipo de Não Conformidade	Prazo para execução das ações corretivas	Auditor
03	Gestão	4.2	Menor	23/09/2017	PSJ
Descrição da Não Conformidade		Falha no monitoramento de recursos hídricos. Não evidenciado o monitoramento qualitativo e quantitativo dos recursos hídricos referentes a julho de 2016.			
Análise de Causa		Atraso na renovação do contrato com a empresa terceirizada que realiza o monitoramento dos recursos hídricos.			Data: 23/09/2016
Ação Corretiva		1) Elaborar cronograma anual dos monitoramentos ambientais (recursos hídricos, flora e fauna). (16/12/2016) 2) Realizar monitoramento dos recursos hídricos. (30/09/2016)			Data: 16/12/2016
Status		Verificar na próxima auditoria	Data:	Eficácia?: Sim/Não	



10. Oportunidades de Melhoria e Observações Registradas

Durante a auditoria foram registradas oportunidades de melhoria (OMs) e Observações (OBS) que deverão ser analisadas criticamente pela empresa quanto à tomada de ações pertinentes. Estas OMs e OBSs devem ser analisadas com foco em melhoria contínua dos processos realizados pela empresa no âmbito do CERFLOR. Abaixo seguem as OMs e OBSs registradas:

OM 01	Processo: Gestão Ambiental
Melhorar a disponibilidade ao público do resumo do Plano de Manejo.	
OM 02	Processo: Gestão Ambiental
Procedimento: PO.06.19.07, ver.02: Rastreabilidade do produto florestal: Incluir o inventário florestal no processo.	

OBS 01	Processo: Gestão Ambiental
Procedimento PO 01.06.02: Identificação e avaliação de aspectos e impactos ambientais: rever a definição de impacto significativo e as medidas de controle relacionadas. Aplicar na tabela de aspectos e impactos.	
OBS 02	Processo: Areas degradadas
Efetuado plantio para recuperação de áreas degradadas por cascalheiras na fazenda Pontal, totalizando 01,41ha. Plantio de nativas realizado em março de 2016 em 02 glebas e regeneração natural em 01 gleba. É recomendado monitorar o pegamento das mudas e efetuar o replantio necessário nas 03 glebas (apenas a regeneração natural na gleba 01 não foi satisfatória).	
OBS 03	Processo: Gestão Social
Embora existam programas implementados de saúde, segurança e higiene para os trabalhadores florestais, é recomendado evidenciar melhor o acesso destes a seus dependentes diretos.	



11. Conclusão da 3ª Manutenção

O BUREAU VERITAS CERTIFICATION, seguindo os procedimentos de auditoria do CERFLOR, é favorável à continuidade da certificação da EGIR, de acordo com o padrão normativo NBR 14789:2012.

Pedro Silveira Junior

Assinatura do auditor

data 27/09/2016